

Miroslav Hroch

Entre os autores da segunda metade do século XX, usualmente mencionados como relevantes para o estudo dos processos de construção das nacionalidades, destacam-se dois tchecos: Ernest Gellner, que trabalhou, sobretudo, em Londres, e Miroslav Hroch, radicado na antiga Universidade Carlos, em Praga. Gellner dedicou-se a elaborar uma grande teoria sociológica, segundo a qual as nações emergiriam como resultado da passagem das sociedades essencialmente agrárias para o mundo industrial; sua obra é bem difundida no Brasil. Hroch, ao concentrar a atenção na história de alguns pequenos países da Europa Central, procurou desvincular as nações do desenvolvimento capitalista. As principais obras de Hroch, *Social Preconditions of National Revival in Europe. A Comparative Analysis of the Social Composition of Patriotic Groups among the Smaller European Nations* (Cambridge, 1985) e *Das Europa der Nationen* (Gottingen, 2005), ainda não foram traduzidas para o português.

Ao encontrarmos, em Londres, o jovem professor espanhol Daniel Esparza, hoje ensinando na Universidade de Palacky, em Olomouc, na República Tcheca, solicitamos-lhes intermediasse uma entrevista com Miroslav Hroch para *Tensões Mundiais*. Daniel, prestimoso, logo aceitou nosso pedido. Rascunhamos algumas perguntas. Num restaurante em Praga, dia 25 de junho de 2007, Daniel iniciou a conversa com Hroch. Em seguida, pela internet, continuamos questionando o veterano historiador tcheco. Apresentamos agora o resultado deste empreendimento, cientes de que os leitores brasileiros têm muito a aproveitar da experiência acadêmica e das formulações de Miroslav Hroch.

Tensões Mundiais: Você nasceu em Praga? Seus pais eram tchecos? Eram católicos? Você recebeu educação religiosa?

Miroslav Hroch: Eu nasci em Praga, mas meus pais vieram do interior em 1920. Eles eram tchecos, meu pai era católico e minha mãe optou por não participar da igreja na sua juventude, uma vez que seu pai era um socialista anticlerical com forte sentimento nacionalista. A religião nunca foi discutida em família e, conseqüentemente, minha formação religiosa ficou limitada às não muito atrativas aulas de educação religiosa na escola fundamental.

TM: Durante seu curso primário cultivava-se o patriotismo como parte do sistema educacional tcheco?

MH: Nessa época, quando eu freqüentava a escola fundamental, meu país estava ocupado pelos alemães e o único patriotismo cultivado (sem sucesso) era o alemão. Com a libertação em 1945, toda a atmosfera social, incluindo o sistema educacional, tornou-se muito patriótica. Após 1948, embora o patriotismo não tenha sido banido da escola, sofreu modificações políticas, correspondentes ao período da Guerra Fria: o patriotismo tcheco deveria ser compatível com o amor à União Soviética e outros países socialistas, mas em relação aos países ocidentais deveria se distinguir entre “o povo”, como objeto de sentimento positivo, e a “burguesia”, que seria um inimigo. Este conceito educacional não foi, contudo, muito efetivo e logo se transformou em farsa.

TM: Além da Alemanha e da Dinamarca, você viveu e trabalhou em outros países?

MH: Quando garoto, tive o privilégio de participar, após a Segunda Guerra Mundial, de duas ações da Cruz Vermelha, trazendo crianças tchecas subnutridas para férias de verão na Noruega. Assim, aprendi a falar norueguês básico e abri a por-

ta para as línguas escandinavas. Durante um longo período, até 1980, não pude trabalhar nos países ocidentais (exceto em 1960). Todavia, não havia dificuldades (exceto as financeiras) para temporadas nos “países socialistas”, onde trabalhei, sobretudo, em arquivos e bibliotecas na Polônia e na República Democrática Alemã. Depois de 1990, estive como professor visitante na Alemanha por dois anos, na Itália por um ano (Instituto Europeu em Florença), um período letivo nos Estados Unidos (Universidade da Califórnia, Los Angeles) e algumas semanas ensinando na Finlândia e Lituânia.

TM: Como e quando você começou a se envolver com estudos do nacionalismo?

MR: Eu não gosto do termo nacionalismo e nunca estive envolvido em estudos do nacionalismo. Se você quis se referir ao início do meu interesse por problemas nacionais ou algo assim, esse foi sobre os processos de formação da nação, isto é, como começaram os movimentos nacionais. O que ocorreu muito cedo: minha primeira monografia, no segundo ano dos meus estudos de história na universidade, foi sobre a estrutura social da filiação em uma comunidade patriótica tcheca. O resultado desta primeira pesquisa foi que os patrocinadores do movimento nacional tcheco nem eram membros da burguesia, como no conceito oficial do stalinismo, nem camponeses, como no mito patriótico tradicional tcheco, mas sim uma pequena burguesia (artesãos, comerciantes) e uma *intelligentia*. Este ponto de partida ocorreu de maneira indireta e não verbalizada, no começo dos anos 1950, pelo fato de sermos parte do Império Soviético e de, naquele tempo, a formação da nação e os movimentos nacionais serem criticados como nacionalistas (no sentido pejorativo da palavra) e também como um instrumento da burguesia. O fundamento político dessa versão oficial do nacionalismo era de que este constituía, no mínimo,

um movimento reacionário que começou ou procurou alcançar uma identidade nacional.

Com respeito à Revolução de 1848, há diversos artigos de Marx e de Engels que criticam movimentos nacionais eslavos, especialmente os tchecos, como sendo contra-revolucionários, e alguns historiadores soviéticos e tchecos denunciaram, nos anos 1950, este movimento nacional como “reacionário”, e eu considero este o primeiro passo para a “russificação”. Este foi o fundamento político, porém um pouco depois, nos anos 1960, minha motivação central não foi política, mas acadêmica: este fenômeno fascinante ocorrido na Europa em épocas diferentes, em territórios diferentes, mas a mesma reação, as mesmas idéias, a mesma maneira de pensar. E você não pode explicar esse fenômeno somente pela migração do “nacionalismo”, pois de outra maneira você não poderia compreender por que os catalães começaram seu movimento cem anos após a Revolução Francesa (apesar de estarem na borda da fronteira francesa) e com respeito aos tchecos somente dez anos após a Revolução (apesar de estarem mais afastados da França). É impossível explicá-lo desta maneira. Então, meu primeiro tópico central foi perguntar se esta formação da nação era um processo abstrato ou se era o resultado concreto das ações de pessoas realmente existentes? Quem eram estas pessoas? Que fatores em suas vidas influenciaram as atividades ou as motivaram a se tornarem patriotas? Esta foi minha motivação básica para estudar as “precondições sociais do renascimento nacional”.

TM: Que autores influenciaram suas idéias e seus escritos?

MH: Eu diria que o primeiro autor a me influenciar no sentido negativo da palavra foi Stalin, com a tese segundo a qual as nações se formaram através da luta de burgueses por mercados. Isto é o que nós aprendemos no ensino fundamental e médio. No sentido positivo da palavra, o primeiro autor impor-

tante para mim foi o austro-marxista Otto Bauer, criticado por Stalin que lutava contra o austro-marxismo. Otto Bauer publicou, em 1907, um livro muito marcante sobre a formação nacional (*A Democracia Social e a Questão das Nacionalidades*). A base teórica deste livro era a idéia de que as nações se formaram em diferentes estágios desde a Idade Média. Este é um livro deveras interessante, mas foi muito difícil obtê-lo na década 1950, pois estava proibido – foi considerado “revisionista” - na Tchecoslováquia. Em 1953, Karl W. Deutsch publicou o livro *O Nacionalismo e a Comunicação Social*. Eu o obtive via serviço inter-universitário de bibliotecas, em Praga, no início dos anos 1960. Para mim, a “comunicação” como fator explicativo da formação da nação era muito importante à época. Outro autor que me inspirou foi Hobsbawm, sobretudo com o livro *A Idade da Revolução*, publicado em 1962, no qual havia um breve capítulo sobre as nações e outro sobre o romantismo. Eu defendo ainda a idéia de que as nações e os movimentos nacionais são produtos do que hoje chamamos de “crise de identidades”, embora ele use outros termos. Hobsbawm descreve uma situação no limiar da modernidade. Na minha opinião esta era uma hipótese muito significativa. Bem, estes três autores tornaram-se muito importantes para mim naquele momento. Naturalmente, tive acesso a inúmeros outros autores, porém, a meu ver, nenhum deles foi convincente o suficiente.

TM: E sobre Josef Polisenský?

MH: Ele foi meu professor, e foi quem me recomendou, quando eu era aluno do seu seminário, a estudar a estrutura social dos patriotas tchecos. Pessoalmente, ele jamais esteve interessado em movimentos nacionais, mas sim na história política do século XVII, na história cultural e na história moderna. Nunca publicou algo sobre nações. Ajudou-me em outros tópi-

cos, mas não neste. De alguma forma, eu sou um *self-made-man* nesse assunto.

TM: Além dos conselhos do seu professor, que outras razões o motivaram a pesquisar uma pequena comunidade patriótica tcheca? Considerando o contexto político dos anos 1950, o que seduziu um jovem acadêmico a estudar a formação das nacionalidades?

MH: Como eu disse, foi especialmente durante a década de 1960, quando escrevi o livro sobre “precondições sociais” e, mais do que tudo, o interesse acadêmico em pesquisa comparativa e neste fascinante fenômeno de todos os países abraçando o processo de formação nacional na Europa. Talvez também fosse algum tipo de satisfação descobrir que os tchecos não eram os únicos a lutar por seu “renascimento”. Assim, foi também algum tipo de procura nostálgica pela afinidade do nosso destino. Se houvesse qualquer fundo “político” em minha pesquisa, então seria a intenção de introduzir algum tipo de revisionismo nesse campo. Portanto, busquei utilizar a estatística, que não poderia (em minha opinião naquele tempo) ser questionada, para demonstrar que – usando a metodologia marxista (ou o materialismo histórico) – seria possível explicar a formação da nação de uma forma mais sofisticada e convincente do que o marxismo-leninismo oficial. Do outro lado da “Cortina de Ferro”, na Europa Ocidental, na década de 1960, esta questão não era considerada atual. Eu ainda lembro que, estando na Alemanha Ocidental e Dinamarca nessa época, alguns jovens historiadores não conseguiam entender meu interesse por um fenômeno “reacionário” tal como nações e nacionalismo. Neste ponto, a opinião deles não diferia daquela dos liberais, para os quais “nacionalismo” era uma herança desatualizada do século XIX.

TM: Hobsbawm considerou que seu primeiro livro, *Precondições Sociais do Renascimento Nacional na Europa*, publicado em 1985, abriu “uma nova era na análise da composição dos movimentos nacionais de libertação”. Como você reagiu a isso?

MH: Ele já conhecia meu primeiro livro, a versão alemã original, de 1968, publicada em Praga. Foi ele quem recomendou a tradução para o inglês. E mais tarde, no final dos anos 1980, em algum lugar na Alemanha, eu descobri que Hobsbawm escreveu um artigo em 1973 (aproximadamente) no qual falou positivamente sobre mim e meu livro. Sua elevada apreciação é compreensível: ele reconheceu que meu conceito não-dogmático de marxismo (Gellner chamava-me de semimarxista) é muito próximo à sua abordagem metodológica. Hobsbawm estava em Praga, em 1964, e foi esta a primeira vez que eu o encontrei. Ele veio para uma conferência e estava interessado não somente em história, mas em *jazz* também. Eu tive uma impressão muito boa dele. Era muito bom ler um comentário sobre meu livro, que foi incluído, em 1990, em seu livro *Nações e Nacionalismo desde 1780*. A primeira vez que me falaram sobre este livro foi em 1991, durante uma conferência em Santander (Espanha) com os professores Andrés de Blas, Ramon Maiz, Gellner e outros. Mas foi uma outra participante, a cientista política norueguesa Marianne Heiberg, quem me falou dos comentários de Hobsbawm.

TM: Como você situa seu primeiro livro sobre os movimentos nacionais no conjunto da literatura daquele período?

MH: Depende de que período você está falando. O conceito básico foi formulado e escrito nos anos 1960 e a edição inglesa é apenas uma versão ampliada do livro publicado em 1968. Embora a tradução para o inglês estivesse concluída já no final de 1970, a editora hesitou longo tempo em publicá-la sem dar-me a oportunidade de realizar quaisquer modificações ou adi-

ções. Conseqüentemente, o texto divulgado em 1985 não tem referência aos famosos trabalhos de Ernest Gellner e Benedict Anderson (assim como de Anthony Smith) publicados alguns anos antes. Eu expliquei estas circunstâncias no Prefácio da segunda edição do meu livro em 2000 (Columbia University Press). Mas voltando ao “posicionamento”: nos anos 1960, existiam muito poucos livros nesse tópico – importante acima de tudo é o já mencionado Karl W. Deutsch, que me inspirou de maneira positiva, e o historiador alemão Eugen Lemberg, cujo livro (*Nacionalismus 1, 2*, Hamburg, 1964) confirmou minha decisão de utilizar o método comparativo e provocou meu criticismo sobre a ampla e indiferenciada utilização do termo “nacionalismo”. Até então eu era o primeiro que conseqüentemente usou o método comparativo como uma ferramenta de análise desta categoria de processos históricos. Entretanto, se você quer dizer o contexto dos livros a partir dos anos 1980, então algumas diferenças básicas entre eles e eu precisam ser esclarecidas: primeiramente, eu jamais pretendi desenvolver uma explicação completa da “teoria do nacionalismo”, porque preferi estudar a nação como um grande grupo social. Em segundo lugar, minha abordagem foi comparativa e histórica (hoje, eu diria influenciada pela sociologia histórica). Em terceiro lugar, minha pesquisa estava focada nas “pequenas” nações não-dominantes, nos seus movimentos nacionais, que foram praticamente ignorados na literatura dos anos 1980 (John Breuilly é uma exceção). E, finalmente, observei (e continuo observando) os processos europeus de formação da nação, isto é, eu não abordei os não-europeus.

TM: Seu capítulo em *Um Mapa da Questão Nacional*, publicado em 1996, não apresenta um quadro otimista a respeito dos estudos de construção das nacionalidades...

MH: Este capítulo de *Um Mapa da Questão Nacional* é um

artigo publicado originalmente na *New Left Review*, em 1993. Não sei se fui otimista ou não. Eu o escrevi incentivado por Perry Anderson, irmão de Benedict Anderson, e um dos fundadores da *New Left Review*. Encontrei-me com ele em Los Angeles quando eu estava ensinando lá por um período. Anderson pediu-me que escrevesse um artigo – como resumo das minhas aulas na Califórnia. Assim, escrevi o artigo e ele editou em um inglês muito elegante (risos). Este artigo é parcialmente uma revisão do meu livro de 1985 (isto é, de 1968), porque eu tento explicar minha posição sobre a formação da nação como um fenômeno complexo, não somente a respeito das precondições sociais, mas em geral. Também, procurei suavizar a impressão de que meu conceito é “essencialista”.

TM: Os estudos sobre identidades pessoais e coletivas estão muito em moda hoje em dia. Por exemplo, no campo do nacionalismo, há um número crescente de estudos sobre identidade nacional. É esta “obsessão” por identidade um sintoma global da “crise de identidade”, um termo que você menciona antes e que vem de Erik Erickson?

MH: Não acho que eu esteja qualificado para responder a esta pergunta. Para Eric Erikson, a crise da identidade é a reação às mudanças sociais e culturais. Se você interpretar a informatização ou a “digitalização” da sociedade como uma mudança social, nós temos realmente algum tipo de crise da identidade. Algo que pode ser conectado à sua pergunta é o exemplo, pelo menos até onde eu sei, da República tcheca, onde nós estamos observando agora uma crise muito séria do historicismo. Há algumas semanas, eu apresentei na Boêmia uma conferência de abertura chamada “o fim do historicismo”. Eu compreendo este fenômeno como uma perda de perspectiva. Nossa geração de jovens e nós, em geral, não temos nenhuma alternativa para o sistema, nenhuma alternativa para o futuro.

O futuro não precisa mais da nossa visão, parece desenvolver-se automaticamente como resultado de processos globalizados. E se você perder a imaginação sobre o futuro, você perde o interesse pela história. Hoje em dia, há uma grande desorientação neste assunto - um desafio importante para historiadores profissionais.

TM: Em que medida a União Européia (como um *Outro* significativo) transformou a identidade nacional tcheca?

MH: Eu sei que isto às vezes é discutido ou mencionado, mas depende de como nós definimos a nação. Se definirmos a nação no sentido semiótico anglo-saxão, ou seja, nação como um Estado, que significa também poder ou a divisão do poder, acompanhar a União Européia poderia ser considerado como o *Outro* negativo, porque a UE põe em perigo o monopólio do poder no Estado-nação. Assim, eu interpreto o euroceticismo de alguns políticos (não somente Václav Klaus), em um sentido instrumentalista, eles, simplesmente, estão receosos de perder ou de diminuir seus poderes.

Não obstante, se você compreender uma nação como uma comunidade com uma cultura comum, uma memória e um passado comuns, compartilhando, vamos dizer, a mesma bagagem cultural, então, eu não penso que a União Européia seja algo que coloque em perigo as culturas nacionais, porque cultura está relacionada a prestígio, e não a poder. Ao contrário, a Europa neste sentido é a única força ou o único instrumento (talvez existam outros instrumentos) contra a americanização. Um dos objetivos principais das políticas da UE é defender as culturas nacionais, as identidades nacionais. Desta maneira, para a nação tcheca e a identidade nacional, eu considero a UE mais como um positivo *Outro* do que um *Outro* significante negativo. Não há nenhum perigo em entrar na Europa, não há nenhuma possibilidade de dissolver nossa identidade na Euro-

pa como alguns políticos, a exemplo do presidente tcheco Klaus, costumam dizer. O perigo é muito maior de nós sermos dissolvidos na (anti)cultura americana, como sua subcultura.

TM: Ao dizer que existe uma percepção anglo-saxônica da nação, você não está generalizando demais? Pensamos ser o caso de pedir mais esclarecimentos.

MH: Esta diferenciação não é invenção minha. Você pode olhar em enciclopédias e dicionários desde o século XVIII e descobrir esta diferença entre o conceito “político” da nação na língua inglesa e o conceito “cultural” em alemão ou tcheco. O entendimento francês é algo entre Estado e unificação lingüística como a base para uma nação. Ao ler autores anglo-saxões sobre movimentos nacionais do século XIX, você encontra explicitamente ou implicitamente a opinião segundo a qual estes movimentos foram focados no Estado, que eles acima de tudo lutaram pelo seu próprio Estado. Isto é um erro baseado na ficção de que uma nação não pode sequer existir sem um Estado. Na tradição lingüística tcheca ou alemã, nós falamos sobre nações independentemente da forma política como estão organizadas. Esta preocupação não é somente sobre o passado: não tenho dificuldades em falar sobre as nações flamenga e catalã, porque são grandes grupos sociais com uma estrutura social completa, cultura desenvolvida e uma identidade nacional forte, o que não é o caso das “comunidades étnicas”, como gauleses, sérvios, bielo-russos ou bretões.

TM: As rivalidades com o “estrangeiro” sempre alimentaram os sentimentos nacionais. Como se explica que a construção da unidade europeia incentive a afirmação das identidades nacionais?

MH: Não sou qualificado para responder esta questão, pois não conheço os dados do “eurobarômetro”, em que resultados

de pesquisas sociológicas nestes tópicos são regularmente publicados. Se “o estrangeiro” for entendido como “não-europeu”, então isso pode fortalecer a identidade europeia. Infelizmente, nós observamos durante os últimos anos outra tendência, suportada pelos Estados Unidos da América: nutrir sentimentos nacionais em alguns membros da “nova” Comunidade Europeia contra a “velha” Comunidade Europeia. Um exemplo significativo: a intervenção dos Estados Unidos no Iraque.

TM: E quanto à influência do passado: o “trauma do traidor” tcheco? Václav Klaus, presidente atual da República tcheca, percebe a União Europeia como “uma entidade opressora”, comparando Bruxelas (UE) com Moscou (URSS) e, às vezes, à Viena (Império dos Habsburgos). Entretanto, admite que não haja alternativa melhor à União Europeia. Numa perspectiva histórica de longo prazo, você vê alguma relação entre essa atitude para com a UE e o relacionamento anterior com seu *Outro* histórico (alemães, russos e eslovacos)?

MH: A primeira parte desta questão, eu creio já ter respondido. Como afirmei antes, é sobre poder político. Alguns políticos estão receosos que seu poder seja de algum modo limitado. O que você quer dizer com longo prazo, décadas ou séculos?

TM: Quero dizer séculos. Eu compreendo longo prazo ou long-dureé como uma ponte entre Fernand Braudel (*École de Annales*) e Anthony D. Smith (etnossimbolismo).

MH: Bem, sobre a República tcheca, os intelectuais estão divididos, alguns têm muito, muito cuidado para manter a singularidade da nação tcheca e para defender, de alguma maneira, a história tcheca de quaisquer generalizações ou descrições em termos gerais. Em um contexto europeu, a história tcheca é sempre central para eles. Estes intelectuais consideram a União

Européia como algo perigoso. Há alguns meses, poderíamos ler nos jornais tchecos que Angela Merkel propôs a necessidade de um livro-texto de história européia. A reação da maioria dos historiadores tchecos foi muito negativa, no sentido de estarem receosos de que “eles” (os europeus) “escrevessem a nossa história”. É como se a história tcheca fosse a coisa mais importante na Europa. Esta reação, na melhor das hipóteses, é um engano. No pior caso, é uma demonstração clara de “provincialismo”. Especialmente durante os últimos quinze ou dez anos, os investigadores da história tcheca, apesar de terem a liberdade de viajar, com a possibilidade de obter bolsas de estudos em qualquer lugar, estão muito mais “provinciais” na escolha dos seus tópicos de pesquisa do que antes. Estes novos pesquisadores estão estudando a história tcheca e tentando não escolher tópicos europeus. Isso é realmente chocante! A limitação da maioria dos historiadores tchecos, concentrados somente em sua própria história, é também a razão pela qual se recusou este livro escolar europeu. O mal-entendido e minha crítica vêm da falsa percepção de que o alvo seria escrever livros-texto europeus, negligenciando todas as histórias nacionais. Naturalmente, cada nação pode escrever livros-texto da sua própria história, mas a história européia é algo diferente de uma simples amostra, é uma coleção de muitas histórias nacionais.

Com respeito a Václav Klaus, não creio que saiba de que tipo de traição está falando, mas sempre usa ou emprega mal este discurso sem confiar na UE. Este é um estereótipo tcheco histórico que me lembra ameaça externa, traição, etc. Existe um fenômeno que eu chamaria de “estigma tcheco Hussite” (da Revolução Hussite, no século XV - o primeiro estágio da Reforma Européia): a idéia de sermos muito excepcionais e muito progressistas. A primeira vez que isso pôde ser observado nas terras tchecas foi durante a primeira República (1918-

1938), quando os tchecos se viram como a única democracia na Europa Central. Em 1948, a tomada dos comunistas é um outro exemplo. Muitos comunistas, naquele tempo, tiveram a idéia de que produziriam um tipo alternativo de socialismo, um socialismo específico tcheco, diferente da União Soviética, embora esta idéia tivesse sido muito rapidamente abandonada e, nos anos 1950, muitos deles foram perseguidos e executados. O “Outono de Praga” (1968) é também uma ilusão de que estávamos preparando algo especial, uma combinação específica de democracia e socialismo. Este estereótipo histórico retratado por Klaus, por exemplo, é também, inclusive de forma modificada, um outro, talvez menos comum, complexo tcheco de lutar “contra tudo” (em tcheco *proti všem*), que veio da novela muito popular de Alois Jirasek (1890). Ele toma este estereótipo histórico do tempo dos Hussite e que, ainda, sobrevive – naturalmente apenas de forma verbal – nas tradições da família tcheca, apesar de ser isto difícil de provar. Por outro lado, é necessário lembrar ao público menos informado que a formação da nação tcheca apresenta, de fato, certas características únicas numa comparação européia.

TM: A repressão do regime socialista conseguiu, ao final de contas, arrefecer ou desenvolver de alguma forma o patriotismo tcheco?

MH: Este é um problema muito complicado; deve ser analisado empiricamente. Não há dúvida de que eventos como a ocupação soviética em agosto de 1968 fortaleceu os sentimentos nacionais, principalmente contra os russos, apesar de ter sido declarada uma ação “internacionalista”. Entretanto, maiores contatos com o Ocidente, desde a década de 1960, difundiram ainda mais os sentimentos de servilidade e inferioridade de uma parte da população em relação às nações ocidentais. Embora seja difícil generalizar, tive a impressão de que, ao in-

vés de “fortalecimento”, observamos uma confusão nesse campo. O resultado disso é que os programas nacionais explicitamente têm um apoio muito fraco da população (comparado com, por exemplo, Polônia, Hungria, França ou Alemanha), mas existem aí sinais marcantes de uma forte xenofobia.

TM: Os estudos sobre o nacionalismo costumam ser classificados sob quatro abordagens ou paradigmas: primordialista, perenialista, modernista e etnossimbolista. Até onde sei, alguns acadêmicos o rotularam de primordialista e outros o consideraram um modernista. O que você pensa destas etiquetas?

MH: Eu não gosto destes rótulos, mas reconheço que você necessita de alguma espécie de tipologia para nomear as coisas. Mas o que significa primordialismo? O que significa modernismo? Depende. Se você define o primordialismo no sentido de acreditar em nações eternas, eu não caberia nesta etiqueta. Se compreender, porém, como faz Anthony D. Smith, que as nações têm alguma pré-história étnica, então sou primordialista. O mesmo com o modernismo. Se o modernismo significar que a nação é um grupo social, um produto ou uma parte do processo de modernização, sim, eu sou modernista. Mas se você compreende o modernismo ou o construtivismo como um conceito segundo qual as nações são simples construções culturais atemporais, inventadas do nada por intelectuais, então eu nem sou modernista nem construtivista. Mais uma vez: quanto importante é definir nossos termos.

TM: Gellner e você cresceram ambos em Praga. Você permaneceu aqui em Praga e ele emigrou. Como era seu relacionamento profissional, antes dos anos 1990? E durante os anos 1990, quando ele retornou a Praga?

MH: Gellner esteve em Paris, mas cresceu em Praga, até 1939, quando sua família emigrou. Participou do Exército da

Tchecoslováquia durante a Segunda Guerra Mundial. Mas após a guerra não retornou a Praga, permaneceu na Grã-Bretanha. Assim, era britânico pela educação. Falava excelente tcheco, sem sotaque. Somente teve algumas dificuldades em encontrar certos termos científicos em tcheco. Aliás, em Praga também nasceu Hans Konh, um judeu-alemão zionista, que emigrou para a Palestina e, em seguida, para a América. Outro especialista em nacionalismo, da Boêmia também, era Karl W. Deutsch. Ele emigrou em 1939, junto com sua mãe que era membro da social-democracia alemã no parlamento da Tchecoslováquia. Jamais me encontrei com ele, mas sei que falava pouco o tcheco. Quando morreu, doou sua biblioteca à cidade de Praga. De volta a Gellner, a primeira vez que ouvi seu nome eu estava em Praga, na metade dos anos 1980, quando uma senhora veio a mim e falou em nome do professor Gellner. Disse-me que ele conhecia meus trabalhos e quis saber se eu tinha escrito algo mais sobre movimentos nacionais. Eu disse que sim, mas em tcheco. Ela respondeu que não havia problema, pois Gellner sabia tcheco também. Fiquei surpreso, e dei-lhe algum material para ele. Então, recebi um convite para uma conferência em Tallin, em 1988, organizada por ele e por antropólogos soviéticos. Contudo, eu não poderia participar porque não tinha nenhum dinheiro para ir. Meu primeiro encontro pessoal com ele não foi na Boêmia, e sim em Santander (Espanha), em 1991, durante uma conferência internacional, como mencionei antes. Após esse encontro, estive com Gellner diversas vezes, mas não muito freqüentemente. Em 1995, alguns meses antes de morrer, incluiu-me no Conselho Científico do seu Instituto de Estudos do Nacionalismo, que era parte da Universidade Central Européia. Naquele tempo, começamos a ter bastante contato. Eu o convidei a falar em meu seminário, não sobre nacionalismo, mas sobre seu livro *Arado, Espada e Livro*, que era uma tentativa de escrever uma nova “periodização” da história humana.

TM: Gellner veio ao Brasil, ocasionalmente, para pronunciar conferências. Alguns dos nossos alunos têm estudado seu pensamento. Ele procurou, em seus escritos, passar a idéia de que estava isento de sentimentos patrióticos. Benedict Anderson brinca dizendo que gosta de ouvir canções irlandesas quando precisa de consolo particular. Em sua opinião, Gellner era um patriota tcheco?

MH: Depende como se define o termo. Ele gostava de ficar em Praga, e estava interessado na cultura tcheca. Isso, porém, não significa que ele adotou a identidade nacional tcheca. Sobre sua juventude, ele manteve, como eu disse, sentimentos nostálgicos para com a Tchecoslováquia do pré-guerra.

TM: Como o senhor explica a forte presença tcheca entre os raros autores que aportaram contribuições importantes no estudo da construção das nações?

MH: Não esqueça que Kohn e Deutsch – e também Otto Bauer – foram judeus alemães e não de origem tcheca. Minha explicação é que o Império Austríaco e, principalmente, as terras tchecas foram um tipo de “laboratório” ou campo de treinamento de conflitos nacionais, onde argumentos foram formulados e métodos de movimentos nacionais desenvolvidos, os quais poderiam ser usados como modelo – certo ou errado – na análise de vários outros movimentos nacionais, desde que eles pertencessem ao tipo “sem-estado”. Cronologicamente, os movimentos nacionais tchecos pertencem àqueles que começaram cedo, já no início do século XIX – similar aos húngaros e alemães. Outros movimentos nacionais na Europa se iniciaram duas, três décadas depois ou ainda mais tarde. Isto não significa que eu proponha um modelo de transferência cultural da Boêmia para outros movimentos nacionais!

TM: Seu livro, *Precondições Social do Renascimento Nacio-*

nal na Europa foi publicado em inglês quase vinte anos após sua publicação em alemão (1968). Você vivia na Tchecoslováquia, sob a “Cortina de Ferro”, o que tornou mais difícil ser reconhecido no Ocidente e também mais perigoso escrever sobre o nacionalismo em um “mundo comunista”. O que você fez durante aqueles vinte anos até seu livro ser publicado na língua inglesa, em 1985?

MH: O ano de 1985, como o ano da publicação de *Precondições Sociais do Renascimento Nacional na Europa*, foi uma coincidência (*nahoda*), porque este livro teve uma história complicada. Originalmente, em 1974, recebi uma carta dos editores da *New Left*, propondo traduzir e publicar o livro. Contudo, descobri que *New Left* publicava autores proibidos por nosso regime, Trotsky, por exemplo, e isso poderia ser perigoso para mim, porque o regime poderia me associar com as idéias daqueles editores. Não recordo como, mas descobri que Hobsbawm estava por trás e escrevi-lhe uma carta explicando as razões pelas quais era difícil para mim, e ele compreendeu muito bem. Então, eles propuseram este livro para a editora de Cambridge. Em 1979, perguntaram também se acrescentaria algumas informações sobre movimentos nacionais singulares. Eu disse sim, e então, escrevi estas narrativas. Responderam-me ser demasiado longo e tive de encurtá-lo. No entanto, esta versão menor foi perdida em 1982 e precisei refazê-la. Finalmente, em 1985, o livro foi publicado. Por isso eu disse que o contexto de 1985 não significava nada, pois tudo estava preparado desde os anos 1970.

Na Tchecoslováquia dos anos 1970 não era recomendável continuar com minha pesquisa e conceitos sobre “nacionalismo”. Minha primeira tese de Ph.D. foi sobre o comércio báltico, durante a Guerra dos Trinta Anos. Assim, pude retornar a este tópico naquele momento e escrevi no final dos anos 1970 um livro comparativo sobre o comércio e a política no Mar Báltico,

durante a Guerra dos Trinta Anos (Ocidente e Oriente). Mais tarde escrevi, em tcheco, outro livro sobre as revoluções em perspectiva comparativa. Além disso, publiquei um livro com outro colega sobre a crise do século XVII. Era uma discussão internacional sobre o tópico e este trabalho também foi publicado e traduzido para o alemão. Aliás, Hobsbawm foi um dos pioneiros nesta discussão, nos anos 1950.

No final dos anos 1980 (após a publicação de *Precondições Sociais*), escrevi um livro em tcheco sobre a Revolução Francesa na Europa. Com outro colega, publicamos um livro sobre a Contra-Reforma e a Inquisição. Isto aconteceu em um momento anterior à abertura dos arquivos espanhóis, que estavam fechados durante o regime de Franco e, até mesmo, alguns anos após sua morte. Este livro foi publicado em inglês e também em alemão e francês. Essa é uma visão geral do que fiz nos anos 1970 e 1980.

TM: Quem eram seus contatos no Ocidente?

MH: Havia muitos contatos em vários países: Hobsbawm era um deles. Após muitos anos eu o vi outra vez em Londres, em 1984. Adicionalmente, naquele momento queríamos convidá-lo a nos visitar em Praga, mas ele era considerado revisionista pelo regime socialista tcheco e isso era pior do que ser não-marxista. Assim, ele decidiu não vir, porque não queria comprometer colegas, não somente a mim, mas a muitos outros que conhecia aqui. Ele veio a Praga duas ou três vezes, durante a década de 1990. Além disso, tivemos muitos contatos na Alemanha Ocidental. Nos anos 1960, passei dois semestres na Alemanha com uma bolsa de pós-doutorado e participei de alguns seminários. Nos anos 1970, era praticamente impossível viajar para a Alemanha Ocidental, pois era considerado como um país contra-revolucionário pelo regime socialista. No entanto, mantive contatos de diversas maneiras “ex-

tra-oficiais” e pude pesquisar por vários meses sobre a Guerra dos Trinta Anos na Dinamarca, nos anos 1970, e sobre a Contra-Reforma na Itália, durante os anos 1980. Ademais, fiz contatos muito bons na Finlândia, Noruega e Suécia, e os mantive nos anos 1990.

TM: Você continua trabalhando no mesmo assunto? Hoje, faria alguma revisão importante em seus trabalhos originais?

MH: A primeira revisão foi apresentada no artigo publicado na *New Left Review*, recém-mencionado, e mais alguns aspectos estão incluídos na introdução da segunda edição de *Precondições Sociais do Renascimento Nacional* (2000). De certa maneira, há um mal entendido. Este livro não é uma teoria do movimento nacional e nem uma teoria sobre o nacionalismo; é simplesmente uma pesquisa empírica acerca das precondições sociais com algumas conclusões gerais e embora, naturalmente, se possa encontrar alguns elementos teóricos, acima de tudo, o método é comparativo. Mais do que uma revisão, eu faria alguma ampliação das perguntas principais, dos anos 1990 até hoje, não a respeito das precondições sociais, mas dos fatores gerais do movimento nacional. Todas as precondições sociais analisadas em meu livro são sobre a transição da agitação para o movimento de massas, isto é, da Fase B à Fase C. A lacuna mais importante no meu livro de 1985 é sobre a pergunta relevante: Por que eles começam a Fase B? O que está por trás desta decisão? Por que esta primeira etapa de A para B, de uma posição estática, neutra (concentrada na pesquisa da cultura, da etnicidade e assim por diante) a uma dinâmica? Como explicar o começo da agitação nacional? Finalmente, gostaria de dizer que algumas destas lacunas estão preenchidas no meu livro em alemão de 2005, a meu ver, o melhor por mim já escrito acerca deste tópico. Este livro procura dar uma interpretação geral da formação da nação como

um fenômeno social e cultural. Ele tornou-se um tipo de volume conclusivo de uma “trilogia”, cujo primeiro volume foi *Pre-condições Sociais* (perguntando: quem eram os ativistas?), e o segundo *In the National Interest*, publicado em Praga em 2000 (perguntando: o que eles querem?).

TM: Desde o século XIX, o nacionalismo tem sido usado para conferir legitimidade aos aparelhos militares modernos. Entretanto, seus estudos não destacam o papel dos militares e das guerras na construção das comunidades nacionais.

MH: Isso possui razões mais irracionais que científicas. De algum modo, sou antimilitarista e – após escrever minha dissertação de mestrado em Wallenstein, no Norte da Alemanha – eu evito estudar as guerras. Esta pode ser a razão pela qual prestei pouca atenção ao papel da guerra nos movimentos nacionais. De qualquer maneira, nós não devemos generalizar a experiência dos Balcãs e da Irlanda: a maioria dos movimentos nacionais alcançou com sucesso a Fase C sem se envolver em guerras (tchecos, húngaros, eslovenos, eslovacos, finlandeses, etc.). O fato de muitas nações européias terem alcançado seus Estados como um resultado da Primeira Grande Guerra é mais um acidente resultante, em parte, das decisões e interesses das grandes potências e, em parte, do fato de as comunidades nacionais já estarem construídas.

TM: O senhor poderia comentar a idéia segundo a qual o discurso nacionalista latino-americano antecedeu o discurso nacionalista na Europa?

MH: Como já mencionei, estou tentando evitar falar sobre desenvolvimentos não-europeus. Até onde eu sei, o “discurso nacionalista” latino-americano influenciou – isto é, precedeu o “enfraquecimento nacional” na Espanha, mas cronologicamente, como já afirmei, o “discurso nacionalista” alemão, húnga-

ro, tcheco e norueguês começou antes das revoluções latino-americanas. Mas, talvez, você possa interpretar a revolta de Tupac Amaru como “nacionalista”?

TM: Professor Hroch, como sabemos, as condições sociais do renascimento nacional na Europa estão relacionadas ao fim do feudalismo, à chegada do capitalismo e ao começo da expansão industrial na Europa. Você não encontra semelhanças entre aquela época e hoje? Em vez de uma Revolução Industrial nós estamos no começo de uma “Revolução Digital” que afeta profundamente o relacionamento entre o homem e o conceito de tempo e espaço, como aconteceu, também, no século XIX, durante a Revolução Industrial. Um sintoma deste novo relacionamento pode ser observado na chegada de um “nacionalismo virtual” através da internet (Tamil, por exemplo). Neste sentido, podemos falar sobre “novas condições sociais” de um tipo novo de nacionalismo? Você vê novas formas de nacionalismo no futuro?

MH: Este é um exemplo de perguntas para uma longa aula. Tais paralelos entre o passado e o presente podiam ser divididos em duas seções. Um paralelo é o que você mencionou sobre a revolução digital, mas antes de começar a falar sobre isto existe outro paralelo sobre o qual já tenho algo publicado. É um paralelo entre o chamado novo nacionalismo (não da mesma forma que Mary Kaldor se refere) na Europa pós-comunista, depois de 1989, e os movimentos nacionais que conhecemos do século XIX. Nós temos todos estes movimentos ou estes nacionalismos na Estônia, antiga Iugoslávia, e assim por diante. Aqui, podemos realmente observar um paralelo entre este novo nacionalismo na Europa pós-comunista e os clássicos movimentos nacionais. Porque existem muitas situações ou características similares ou análogas deste movimento e o século XIX, como a perda ou a destruição do Antigo Regime ou

a insegurança do que vem depois. Naturalmente, você pode também encontrar muitas diferenças, mas nós necessitaríamos de mais tempo para explicar isto.

Com respeito à “revolução digital”, precisamos incluir mais fatores. Nós temos não somente uma “revolução digital”, como você a chamou provisoriamente, temos não apenas este novo conceito do tempo e do espaço, mas temos também um conceito novo ou o conceito de “velho novo”, que significa o individualismo crescente, como uma parte do conceito de liberalismo ou de neoliberalismo. Eu não sei exatamente como chamá-los, mas estes princípios são opostos às idéias básicas situadas por trás do movimento nacional clássico, que significa solidariedade, que significa a responsabilidade de um homem para com seu povo, trabalhando para sua nação em nome da humanidade. Estas atitudes não existem hoje como existiram no século XIX. Assim, na minha opinião, não penso que poderíamos ter uma segunda ou terceira onda de renascimento nacional na Europa. Nós podemos ter, como você disse, um sentimento “virtual” produzido artificialmente pela mídia. Embora isto seja possível, não consigo imaginar uma reprodução, no sentido digital, de uma das precondições básicas desta forte identidade nacional do século XIX. Esta é a idéia da nação personalizada e imortal. Quero dizer, esta é a idéia de que sua vida pessoal é limitada, entretanto, graças à nação e ao trabalho para a nação, mesmo se você morrer, você sobreviverá para sempre na sua nação. E eu repito que este sentimento não pode ser produzido por meios digitais. Esta digitalização é estranha para mim. O isolamento dos indivíduos (naturalmente, você pode dizer que há bate-papos e assim por diante) é um sinal da crise de identidade, produzindo este sentimento de ser isolado, de estar sozinho. Então, este fenômeno é contraditório à possibilidade de construir uma nova nação e um sentimento nacional novo. Mas tudo que eu disse somente é válido onde há paz e algum tipo de prosperi-

dade econômica. Com declínio econômico, com conflitos internacionais, as circunstâncias podem mudar e, então, talvez, poderia ocorrer outra vez um fenômeno que chamei de “desempenho repetido”, uma expressão que utilizei para explicar, por exemplo, o nacionalismo croata ou eslavo nos anos 1990. Quero dizer, os croatas e os eslovacos repetiram ou imitaram os mesmos modelos de comportamento do século XIX. Quem sabe o que acontecerá no futuro?

TM: Hoje, que passos o senhor sugeriria a um jovem estudante interessado em conceituar a nação?

MR: Naturalmente, depende de sua especialização. Para um estudante de história ou sociologia histórica eu recomendaria:

1. não estar emocionalmente envolvido com o tópico – nem contra ou a favor do “nacionalismo”,
2. utilizar uma abordagem comparativa tanto quanto possível,
3. distinguir os termos, como “nação” e realidade diferenciada,
4. não esquecer que o discurso nacional normalmente diz respeito não somente a idéias, mas, acima de tudo, a reais interesses na esfera material e na luta pelo poder,
5. prestar atenção à estrutura social e origens sociais dos ativistas nacionais, isto é, daqueles que estão formulando os “interesses nacionais” e os programas.

TM: Professor Hroch, obrigado pelo seu tempo e gentileza.

MH: Obrigado a você. Foi um prazer.